

CRISE DE PRIMEIRA CLASSE

A criminoso e insustentável intervenção chinesa nas florestas de Miombo em Moçambique



RECONHECIMENTOS

Este documento foi produzido com assistência financeira da UKaid e da Agencia Norueguês para a Cooperação de Desenvolvimento (NORAD).

Este relatório foi escrito e editado pela Environmental Investigation Agency UK Ltd, e em nenhuma circunstancia pode ser confundido com a posição da Ukaid ou da NORAD.



Desenho do relatório:
www.designsolutions.me.uk

Muito obrigado a Emmerson Press para a impressão deste relatório: Emmerson Press: +44 (0) 1926 854400

Julho 2014

CAPA:

Uma família Moçambicana passando um quintal de toras de uma companhia chinesa

Todas as imagens © EIA

CONTEÚDO

2 A ESCALA DA CRISE

7 CAOS NA GOVERNANÇA FLORESTAL

10 CONCLUSÕES

11 RECOMENDAÇÕES

12 ANEXO

13 REFERENCIAS

SUMÁRIO

Esta é uma atualização do relatório *Conexões de Primeira Classe* (First Class Connections) da EIA, de janeiro de 2013, sobre crimes florestais em Moçambique.¹ Ele detalha as pesquisas, as investigações e análises conduzidas pela EIA entre a metade de 2013 e 2014, e consta que:

- Nos últimos 7 anos, uma média de 81% dos desmatamentos em Moçambique foram ilegais. Em 2013, o número de extrações ilegais subiu assustadoramente para 93%
 - O assombroso aumento da ilegalidade é movido, principalmente, pela expansão da exportação de madeira, com 76% da madeira exportada por Moçambique em 2013 sendo cortada ilegalmente e em número superior ao declarado
 - A maioria das exportações (uma média de 96% entre 2007 e 2013) foram enviadas de navio para a China. Em 2013, quando Moçambique se tornou o maior fornecedor africano de madeiras (por valor econômico) para a China, 46% dos 516,296 metros cúbicos (m3) da importação chinesa de madeira de Moçambique foram contrabandeados para fora do país, mantendo o padrão e a escala dos crimes cometidos por companhias chinesas já documentados pela EIA em 2012
 - O corte ilegal e o contrabando têm contribuído para que a quantidade de madeira extraída esteja muito além de níveis sustentáveis, apesar das autoridades moçambicanas alegarem o contrário, levantando sérias preocupações sobre a habilidade do governo em gerenciar com credibilidade os recursos florestais do país
 - A análise da EIA evidencia que o foco excessivo em poucas espécies de madeira comercial – tanto para exportação como para o mercado interno – aumenta a probabilidade de que as reservas comerciais estarão quase esgotadas em 15 anos
 - Estes crimes e a má gestão ambiental têm roubado da população rural pobre e da população geral de Moçambique US\$ 146 milhões em impostos de exploração e exportação desde 2007
 - Apesar do governo moçambicano demonstrar algumas evidências de fiscalização, e do governo chinês incentivar o Guia da Gestão e Utilização Sustentável de Florestas Internacionais por Empresas Chinesas, a corrupção e a governança ineficaz, tanto em Moçambique quanto no setor empresarial chinês, são os obstáculos estruturais para resolver esta crise
 - Múltiplas madeiras chinesas que já foram denunciadas pela EIA e outras entidades continuam a contrabandear madeira moçambicana ilegalmente para a China.
- Sem uma mudança dramática em como o governo moçambicano e entidades fiscalizadoras fazem o seu trabalho, com a corrupção sendo um constante problema, e sem a existência de leis que proíbem a importação ilegal de madeira pela China, as florestas de Moçambique e a sua economia florestal enfrentarão um futuro sombrio.
- O peso que as comunidades rurais pobres terão que carregar devido a contínua extração ilegal de madeira em Moçambique – que no momento é o segundo país menos desenvolvido no mundo – é crítico e é um desafio a governança florestal e a todas as partes envolvidas, as quais precisam estabelecer ações imediatas e verossímeis.

A ESCALA DA CRISE

ÍNDICES DE EXTRAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA EM MOÇAMBIQUE

Em Janeiro de 2013, a EIA conduziu uma análise da discrepância entre as importações chinesas de toras e madeiras serrada de Moçambique e a índices de extração e exportação moçambicanas licenciadas, para estimar a proporção da extração ilegal e o volume do contrabando de madeira no país. A análise sugeriu que a extração de madeira em Moçambique foi 48% superior a licenciada, inteiramente por causa da importação chinesa da madeira de Moçambique.

Em fevereiro de 2014, a Universidade de Eduardo Mondlane (UEM) em Moçambique publicou um estudo estimando a extração ilegal de madeira em Moçambique que incorpora números de consumo doméstico. UEM adicionou o volume estimado do consumo doméstico à importações globais declaradas para medir o “consumo real”. Este consumo real – representando o “volume de extração” por todo o país - foi comparado com a extração licenciada oficial.

UEM constatou que em média 66% de toda a extração de madeira entre 2007 e 2012 não foi licenciada, correspondendo à 2,666,942 m³.²

Apesar de encontrar altos níveis de extração não licenciada, o relatório da UEM possivelmente subestima o volume de extração ilegal no período entre 2007 – 2012. Isto porque a UEM compara o “consumo real” (importações globais declaradas somado ao consumo doméstico)

com “extração licenciada”, ao invés de “extração registrada”.

“Extrações licenciadas” são os volumes que o governo permite que sejam extraídos nacionalmente em um ano, enquanto que “extrações registradas” são aquelas registradas oficialmente que foram realmente removidas por licenciados, dentro de um maior volume licenciado. “Extrações registradas” são então a forma mais adequada para medir as extrações reais lícitas feitas por operadores licenciados.

Extrapolando os dados da UEM sobre o “consumo real” em 2013 e comparando-os com o registro oficial do governo sobre extrações reais registradas, é sugerido que entre 2007 e 2013 uma média de 81% das extrações não foram registradas, e por esse motivo ilegais.³

A maior discrepância ocorreu em 2013, quando 890,220 m³ excederam a extração registrada e foram consumidos pelo mercado interno e pelas exportações, resultando em uma taxa de extração ilegal de 93%.

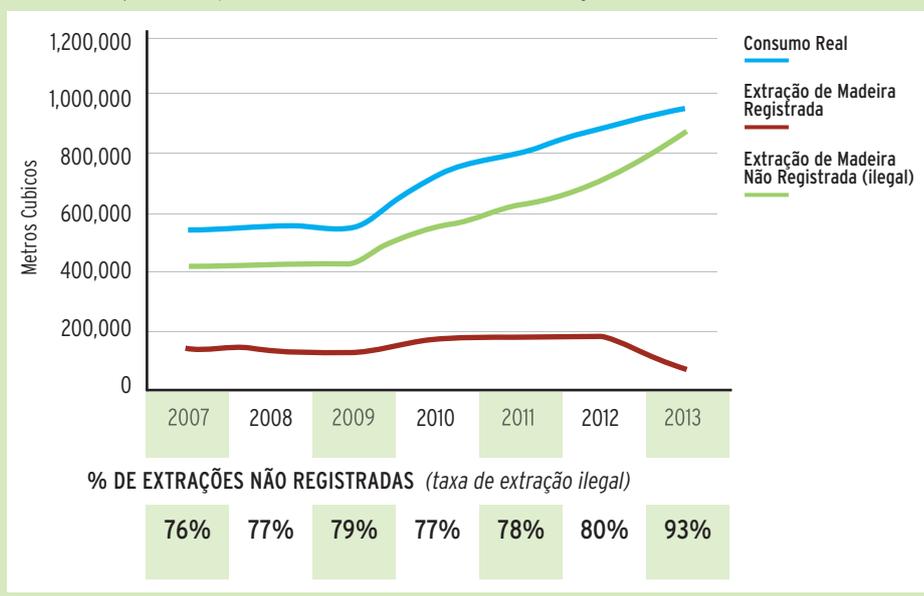
A queda enorme de extrações registradas em 2013, o que elevou dramaticamente a taxa de extração ilegal, é o resultado do alto número de titulares de licenças simples que supostamente cessaram operações por não terem possibilidade de cumprir a nova lei de licença simples de 2012, a qual requiere maior rigor na extração de madeira.⁴ Está claro que muitos continuaram e aumentaram a exploração de qualquer forma e indiferentes à nova lei.



ACIMA:

Uma árvore cortada numa concessão florestal no norte de Moçambique em Cabo Delgado.

FIGURA 1: CRISE DE EXTRAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA EM MOÇAMBIQUE
(Veja o Anexo para as estatísticas e as fontes de informação)



“Em 2013 93% da extração de madeira foi ilegal.”

“Entre 76% e 93% da madeira de Moçambique importada pela China provém de fontes ilegais.”



ACIMA:
Caminhões de madeira dirigem dia e noite aos portos de Moçambique.

CONDUTORES DA EXTRAÇÃO ILEGAL

Apesar do consumo doméstico ter crescido firmemente e excedido significativamente os limites licenciados e registrados de extração lícita anual de 2007 até 2013, este não é o principal condutor do desenfreado corte ilegal de madeira das florestas de Moçambique.

Em 2009 as importações globais declaradas de toras e madeira serrada de Moçambique explodiu, quase dobrando em apenas um ano. E essa tendência está crescendo consideravelmente mais rápido do que o consumo doméstico desde 2009, e desde 2011 vem excedendo o consumo doméstico.

Consequentemente, desde 2007 as tendências de crescimento do “consumo real” (consumo doméstico somado as importações globais declaradas) são estabelecidas muito mais pela exportação moçambicana do que para o consumo doméstico, aumentando dramaticamente a taxa de ilegalidade e levando o total das extrações para muito além do limite sustentável.

IMPORTAÇÕES CHINESAS DOMINAM O CONSUMO

Entre 2007 e 2013 as importações chinesas de madeira moçambicana totalizaram 2,273,807 m³ - representando, em média, 96% da exportação registrada global de madeira moçambicana. Em certos anos, a China chegou a registrar 99% do total da exportação global da madeira de Moçambique. A demanda chinesa é claramente a responsável por quase toda a exportação de madeira de Moçambique, e por tanto é maioritariamente responsável pela taxa de 93% de extração ilegal de madeira que atualmente afeta o país.

Em 2012 a discrepância entre a exportação licenciada de Moçambique e a importação declarada na China sugeria que 48% da madeira moçambicana importada pela China foi contrabandeada para fora do país.⁵

Atualizando esses dados para 2013, é possível ver uma tendência similar, com 235,550 m³, ou 46% do total da importação chinesa de Moçambique (de 516,296 m³), não licenciada ao ser exportado de Moçambique, e por tanto ilegal.

FIGURA 2: MAPEANDO AS ILEGALIDADES DO COMERCIO DE MADEIRA E DO SECTOR FLORESTAL EM MOÇAMBIQUE
(veja o Anexo para as estatísticas e fontes de informação)





Entretanto, com 76% das exportações licenciadas sendo autorizadas acima da extração oficial de madeira registrada, e considerando que Moçambique tem uma taxa de 93% de extração de madeira ilegal, a escala de madeira ilícita neste comércio é provavelmente pior. Seria possível dizer, por tanto, que entre 76% e 93% da madeira de Moçambique importada pela China provém de fontes ilegais.

A extração de madeira para o mercado chinês sem dúvida transformou o setor florestal de Moçambique em uma insustentável cena de crime em apenas 5 anos.

A importação chinesa de madeira moçambicana vai crescer enormemente durante 2014. Apenas no primeiro trimestre a China importou US\$112 milhões em toras e madeira serrada, um crescimento de 37% comparado a importação do primeiro trimestre de 2013 e o equivalente de quase 46% do total da importação de 2013.⁶

No primeiro trimestre de 2014, assim como em todo o ano de 2013, a China registrou Moçambique como o maior fornecedor africano de madeira importada por valor econômico, demonstrando o aumento da importância do país nas negociações sino-africanas de madeira.

COMÉRCIO INSUSTENTÁVEL

Em julho de 2013, o Diretor Nacional de Terras e Florestas (DNTF) do Ministério da Agricultura de Moçambique (DAFM), Simão Joaquim, foi citado afirmando que “a exportação de toras e tábuas para os mercados europeus e asiáticos está sendo realizada de acordo com a legislação vigente”, e que “a exploração desenfreada dos recursos florestais não irá afetar a sobrevivência de espécies florestais”, porque Moçambique ainda tem “29,000 km quadrados de mata virgem”.⁷ Muitas evidências sugerem que muito do comércio não é apenas ilegal, mas que as espécies comerciais mais importantes estão ameaçadas fundamentalmente por níveis

insustentáveis de comércio além do já alto consumo doméstico.

O consumo doméstico em Moçambique nunca excedeu o Corte Anual Admissível (CAA) menor de 515,000 m³. O CAA determina limites para extração sustentável de madeira comercial em Moçambique, se ultrapassado esse limite a sobrevivência de florestas e espécies comerciais estão ameaçadas.

Para contrastar, em 2013 a exportação global de madeira moçambicana excedeu sozinha o CAA menor, como previsto no relatório de janeiro da EIA, Conexões de Primeira Classe, devido quase inteiramente ao desenfreado crescimento de envios de madeira para a China.

Semelhantemente, enquanto o “consumo real” (consumo doméstico e importações globais declaradas) excedeu o CAA menor desde antes de 2007, em 2009 ele apareceu acima do mais alto CAA (determinado em 640,000 m³) em apenas um ano, como resultado direto da explosão das importações chinesas. O consumo real excedeu significativamente o mais alto CAA desde 2010.

Desde 2007 o consumo real excedeu o menor CAA em 30% e o maior CAA em 11%. 2013 viu um enorme 46% em excesso do menor CAA na extração para o consumo real, e 34% acima do mais alto CAA.⁸

Se Moçambique parasse de exportar mas mantivesse o consumo doméstico, as extrações ficariam imediatamente abaixo tanto do alto como do baixo CAA. Entretanto, se Moçambique parasse com todo o consumo doméstico enquanto continuasse com as exportações (uma proposição bastante distante) as extrações permaneceriam acima do menor CAA e provavelmente excederiam o alto CAA em 2 anos.

Estes fatos apontam claramente para as exportações como a causa primária da insustentável extração de madeira em Moçambique nos últimos 6 anos, com a China se transformando virtualmente na única razão para o aumento das exportações.

TOPO:

Um sinal de investimento chinês em Beira Moçambique.

ACIMA:

Caminhão de madeira dirigindo sul numa estrada de Cabo Delgado.

ESQUERDA:

Porto de Beira.

“A exportação é a principal causa da extração insustentável de madeira em Moçambique, devido quase inteiramente à demanda chinesa.”

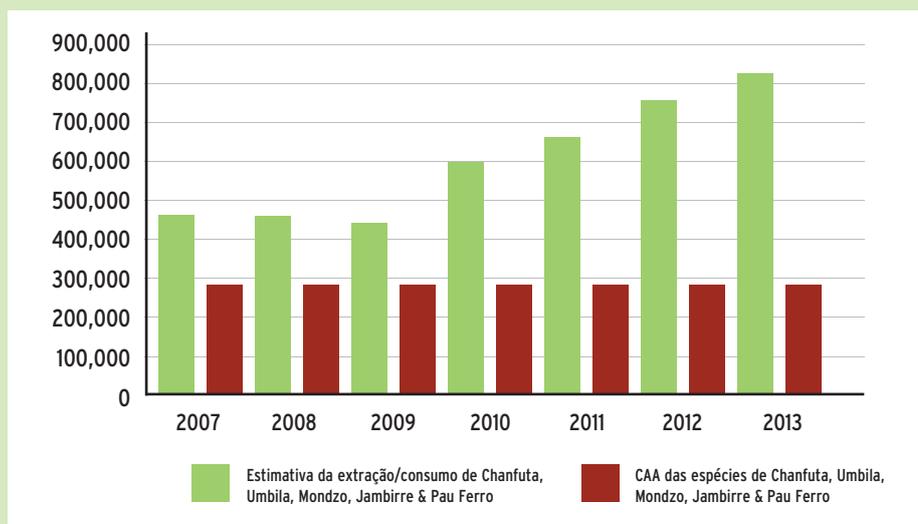
“Até 2.2 milhões de m³ de cinco espécies comerciais foram extraídas acima do CAA entre 2007-2013.”



ACIMA:
Quintal de toras com todas as principais espécies comerciais.

“Se a demanda chinesa continua crescendo na mesma trajetória, as espécies chave de madeira Moçambicana estariam totalmente esgotadas em 15 anos.”

FIGURA 3: EXTRAÇÃO INSUSTENTÁVEL: ESTIMATIVA DA EXTRAÇÃO (85% DO CONSUMO REAL) DE CHANFUTA, JAMBIRRE, MONDZO E PAU FERRO COMPARADO COM O CAA EM m³



ESPÉCIES- CHAVE SOB ATAQUE

A UEM estima que 85% do consumo doméstico urbano se enfoca em apenas 3 espécies: Chanfuta, Umbila e Jambirre.⁹ Isso coincide com o depoimento que investigadores da EIA ouviram de comerciantes que sugerem que 90% da exportação para a China consiste em 5 espécies, Chanfuta, Umbila, Jambirre, Mondzo e Pau Ferro.¹⁰ Todas essas espécies estão classificadas como “espécies de primeira classe”, o que quer dizer que a exportação dessas toras está banida. Cerca de 10% da importação chinesa de Moçambique em 2013 provavelmente foram toras de Pau Preto, classificado como uma madeira Preciosa em Moçambique.¹¹

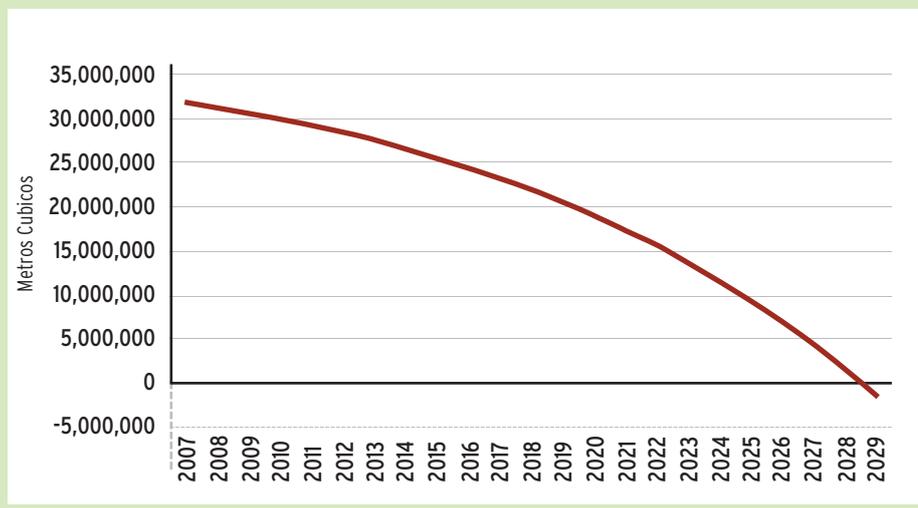
Este 85-90% de consumo real focado primeiramente em apenas 5-6 espécies, levanta preocupações óbvias que o CAA destas foram excedidas massivamente nos últimos 7 anos. A análise da EIA sugere que até 2.2 milhões de m³ destas

5 espécies foram cortadas muito acima do que suas CAAs combinadas permitiriam, ameaçando a viabilidade das espécies a longo-prazo.¹²

O Inventário Florestal de 2007 do governo moçambicano estimou que o estoque de madeira em pé de espécies preciosas e de primeira classe disponível para comercialização (classificadas pela circunferência das espécies específicas) era de 31,600,000 m³.¹³

Entre 2007 e 2013, o consumo real (consumo doméstico e importações globais declaradas) cresceu numa média de 8% ao ano. Presumindo que o consumo total continue a crescer a 8% ao ano, o estoque de madeira em pé de espécies preciosas e de primeira classe poderá ser completamente extraído até 2029, em apenas 15 anos. Certamente, o crescimento das taxas de consumo como vistas nos últimos 5 anos, poderão ser devastadoras para as espécies chave das florestas de Moçambique.

FIGURA 4: PROJEÇÃO DE ESGOTAMENTO DO ESTOQUE DISPONÍVEL DE MADEIRA DE PRIMEIRA E PRECIOSA CLASSE (2007), DE ACORDO COM UM CRESCIMENTO DO CONSUMO DE 8% POR ANO



GOVERNO FLORESTAL “DE FOLGA”

A extração ilegal e contrabando de madeira custam a Moçambique, através de taxas e impostos não arrecadados, rendimentos públicos vitais para o desenvolvimento.

Não há dados governamentais completos publicados sobre impostos recolhidos tanto para a extração de madeira quanto para a exportação, mas na lei moçambicana os impostos de exploração devem ser cobrados de acordo com o volume de madeira cortada por operadores licenciados, e os impostos de exportação de acordo com o volume exportado.

A EIA estima que em 2012 Moçambique perdeu quase US\$30 milhões em impostos de exploração e exportação inteiramente por causa do contrabando de madeira para a China.¹⁴ Entretanto, este montante foi calculado puramente de acordo com o nível da importação chinesa que não foi licenciada na exportação moçambicana, e como os volumes de importação excedem as extrações licenciadas.

Baseado no fato de que as taxas de exploração são pagas de acordo com as “extrações registradas” (o registro governamental do que foi cortado por operadores licenciados), e contabilizando as estimativas mais abrangentes de extração não registrada, sem licença e ilegal como detalhado acima, a EIA agora estima que entre 2007 e 2013 Moçambique perdeu provavelmente US\$102 milhões apenas em taxas de exploração.¹⁵

Outros US\$44 milhões também foram possivelmente perdidos pelo estado em taxas de exportação de madeira entre 2007 e 2013 por causa da exportação global não licenciada – sendo a grande maioria dela enviada para a China ilegalmente.¹⁶

Embora que esses impostos não puderam ser cobrados legitimamente porque as atividades taxadas são ilegais (extração sem licença e não registrada e contrabando de madeira), a análise mostra o grau em que crimes florestais e de comércio privam moçambicanos não apenas de recursos futuros, mas de recursos públicos vitais para o futuro.

A perda de US\$146 milhões poderia pagar 30 anos do sistema de fiscalização do Programa Nacional Florestal de Moçambique, de acordo com os gastos atuais.¹⁷ Visivelmente o programa de fiscalização vigente é desesperadoramente inadequado.

Alternativamente, as perdas fiscais poderiam cobrir quase o dobro do orçamento governamental para programas sociais de diminuição da pobreza,¹⁸ na que é hoje a segunda nação menos desenvolvida.¹⁹

O prejuízo com o não pagamento de impostos de exploração é particularmente revoltante. A Regulamentação Florestal de 2002 determina que 20% das taxas de exploração deveria ir para comunidades rurais pobres, com o objetivo de incentivar a governança florestal comunitária e promover o desenvolvimento da comunidade. Mas as taxas de extração não registradas sugerem que entre 2007 e 2013 as comunidade rurais em Moçambique perderam potencialmente US\$ 20 milhões por causa disso.

“Entre 2007-2013 Moçambique perdeu US\$146 milhões devido ao contrabando e extração ilegal de madeira.”

ABAIXO:

Trabalhando por nada: Moçambique perde milhões em impostos em detrimento das comunidades pobres.

FUNDO:

Trabalhadores colocam madeira ilegal em um container não-inspecionado.



INFRATORES REINCIDENTE

Em setembro de 2013 investigadores da EIA fingido ser compradores contataram vendedores de madeira moçambicana de primeira classe na China que já tinham sido denunciados pelo relatório da EIA em janeiro de 2013. Os resultados demonstraram que madeira ilegal de primeira classe ainda está sendo exportada de Moçambique por essas empresas.

Estudos de Caso de Crimes Recorrentes

FAN SHI TIMBER

Em 2013 a EIA divulgou como a companhia Fan Shi exportou ilegalmente toras de primeira classe para a China através de suborno.³⁵ Fan Shi Timber faz parte de um grupo de empresas familiares e que é propriedade de 3 parentes de Fujian: Fan Guoyong, Fan Jinglin e Fan Jinghui. Em setembro de 2013 investigadores da EIA telefonaram para a matriz da Fan Shi na China, e mais uma vez lhes foi oferecido madeiras moçambicanas, como a Umbila, exportadas ilegalmente.

SENLIAN

O relatório da EIA de 2013 expôs um encontro secreto com Mr Xu da Senlian Corporation em Moçambique, no qual ele menciona a detenção de um prévio carregamento ilegal de toras e os planos de retomar tais atividades de exportações ilícitas em 2013.³⁶ Em um telefonema feito pela EIA em setembro de 2013, funcionários do Shanghai Senlian Timber Industrial Development Co na China, disseram que as toras vindas de Moçambique eram “meio ilegais” e ofereceram à EIA cortes de Wenge de 20cm de espessura – toras quadradas – em violação do Diploma Ministerial numero 142/2007.³⁷

PINGOS MARINHA & DONGGUAN YETONG TRADING

Em 2013 o relatório da EIA mostrou como a empresa chinesa Pingos Marinha contornou a proibição de exportação de toras de Moçambique apenas ao adicionar um simples relevo aos lados de grandes blocos de madeiras e reclassificando eles como “produtos acabados”. Desta maneira a empresa enviou quase 1,000 containers de madeira bruta por ano para a sua filial Dongguan Yetong Trading baseada em Guangdong, China.³⁸ Durante um telefonema para a Dongguan Yetong

Trading na China em setembro de 2013 funcionários da empresa vangloriaram-se de como eles ainda conseguem contrabandear toras da proibida madeira moçambicana Umbila escondida em contêineres de madeira serrada.

XINFEIYUAN

Em setembro de 2012 investigadores da EIA encontraram com a Moçambique First International Development (MOFID), que gabou-se de ser uma das poucas empresas que ainda podem comercializar toras ilegais com a China, devido as conexões de alto nível que eles possuem. MOFID teve a sua licença suspensa por um ano em Moçambique em junho de 2013 por tentar contrabandear madeira ilegal para a China.³⁹ Apesar da suspensão, durante um telefonema feito por investigadores da EIA para uma filial da Mofid na China em setembro de 2013, Xinfeiyuan insinuou que eles ainda eram capazes de importar toras de Pau Ferro ilegalmente para a China.

FOSHAN BOYIDA IMPORT AND EXPORT CO LTD

Em 2009 a empresa chinesa Kings Way baseada em Moçambique foi pega tentando contrabandear madeira ilegal para a China e subsequentemente foi multada.⁴⁰ Em 2013 a Kings Way foi pega contrabandeando madeira ilegal de Moçambique novamente, e assim perdeu a sua licença para operar por um ano.⁴¹ Kings Way pertence à empresa de comércio Bo Yi Da Group baseada em Guangdong, e com a Foshan Boyida Import and Export co Ltd funcionando como sede do grupo na China. Durante um telefonema com a Foshan Boyida em setembro de 2013 funcionários disseram a investigadores da EIA que a empresa ainda conseguia importar toras proibidas de Wenge e Mondzo de Moçambique para a China, mesmo que Kings Way tenha perdido a sua licença para operar em Moçambique.





CAOS NA GOVERNANÇA FLORESTAL

FISCALIZAÇÃO DE SEGUNDA CLASSE

Em julho de 2011, o Diretor Nacional do Terras e Florestas de Moçambique (DNTF) visitou a China e se reuniu com funcionários de alto escalão da Administração Florestal do Estado Chinês (SFA) para discutir o Memorando de Entendimento e objetivos comuns para uma gestão florestal sustentável.²⁰ Temas prioritários de cooperação incluíam fiscalização, construção de capacidade técnica e financeira de companhias chinesas que possuem licenciamento florestal em Moçambique, e o desenvolvimento e compartilhamento de um banco de dados sobre a extração e o comércio de madeira.²¹ Entretanto, o acordo não foi assinado, e em outubro de 2013 foi relatado que este ainda estava em discussão e deveria ser assinado até o final daquele ano.²² Até agora não foi feito nenhum anúncio que o Memorando de Entendimento tenha sido assinado.

Após a publicação do relatório de 2013 da EIA, doadores internacionais, e em particular a Embaixada Finlandesa em Moçambique,²³ buscaram respostas transparentes do governo moçambicano para as alegações feitas. Isto levou o Ministério Público a anunciar a abertura de uma investigação oficial sobre o envolvimento do atual e do anterior Ministro da Agricultura com o comércio ilegal de madeira.²⁴ Ambos Ministros negaram o seu envolvimento.²⁵ Ambos Ministros negaram o seu envolvimento²⁶ – já que o Ministério Público tem sido severamente criticado por ser ineficaz e politicamente tendencioso.²⁷

As demais companhias expostas pela EIA seriam investigadas pelo DNTF do Ministério da Agricultura.

Em maio de 2013, a SFA Chinesa e a DNTF de Moçambique organizaram um workshop para um número de empresas chinesas, incluindo algumas denunciadas no último relatório da EIA, como a Mofid e Pingos Marinha.²⁸ O propósito do workshop era recordar participantes que as leis florestais moçambicanas deveriam ser cumpridas e introduzir aos participantes o Guia da SFA em Gestão e Utilização Sustentável de Florestas por Empresas Chinesas operando em outros países além da China.²⁹

O Guia da SFA, que é voluntário e não obrigatório, estipula que companhias chinesas operando fora do país devem “cumprir com as legislações nacionais” e promove a auto-regulamentação da indústria ao invés de intervenções diretas do governo chinês nas infrações cometidas por empresas no exterior.³⁰

Apenas um mês depois do evento, Mofid e outras empresas participantes foram pegas exportando ilegalmente madeira de 1º classe para a China como de costume, exatamente o que o workshop tentou impedir.³¹

Para melhorar a sua reputação, o governo de Moçambique anunciou em julho de 2013 que a licença para exploração de 33 companhias florestais nacionais e internacionais tinham sido canceladas para a temporada de 2013, 44 advertências foram emitidas por causa de uma variedade de irregularidades cometidas e 4 companhias tiveram o seu direito de operar em Moçambique banido.³²

ACIMA:

A fiscalização florestal em Moçambique praticamente não existe.

“Um MoU sobre a gestão florestal sustentável entre a China e Moçambique ainda não foi assinado, apesar de anos de discussão.”

“O Guia voluntário da China não desestimulou infratores reincidentes.”

Entretanto, depois de tentar contrabandear 20 containers de madeira em junho de 2013 através do uso de outras companhias (Henderson International, Jian International e Kam Wam,³³ a Mofid teve a sua licença suspensa por apenas um ano. Esta é uma pequena inconveniência para uma companhia que tem consistentemente cometido ilegalidades por um período de mais de 10 anos.³⁴

Visivelmente o Guia voluntário Chinês não funciona nos casos de infratores reincidentes. O fracasso chinês de impor punições a empresas desonestas, ou investigar as companhias na China que compram a madeira ilegal dos operadores suspensos em Moçambique, contrasta com as tentativas louváveis, apesar de inadequadas, de fiscalização das autoridades moçambicanas.

CAPACIDADE, CUMPRIMENTO E CORRUPÇÃO

O Secretário Permanente do Ministério da Agricultura, Daniel Clemente, declarou recentemente que apenas 500 guardas florestais fiscalizam o sistema de gestão florestal, um número muito abaixo do mínimo requerido de 2,000 – 3,000 oficiais.⁴²

Além disso, um balanço recentemente publicado pela DNTF sobre o cumprimento das leis por uma amostra de 37 concessões florestais em quatro províncias do norte, mostra que em nenhuma das 37 concessões tinham planos de manejo aprovado, mesmo depois de 12 meses da aprovação dos contratos de concessão.⁴³ O artigo 25 da Regulamentação de Florestas e Vida Selvagem de 2002 estipula claramente que planos de manejo devem ser

aprovados antes dos contratos de concessão, levantando as óbvias perguntas sobre como contratos de concessão foram emitidos pelos Governadores sem a aprovação dos planos de manejo.⁴⁴

Um fator vital que explica a grande escala de extração ilegal em Moçambique é o predomínio da corrupção nesse setor.

Em junho de 2014, o Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) finalmente apresentou os resultados das investigações sobre duas empresas chinesas que foram expostas pelo relatório Conexões de Primeira Classe, da EIA de 2013, a MOFID e a Senlian. As investigações aparentemente ocorreram como resultado das ligações de doadores exigindo que fosse feito um inquérito a respeito.

Apesar da investigação da GCCC confirmar que ambas empresas exportaram madeira ilegal e sonegaram impostos, ela também reporta que não achou evidência de que cidadãos moçambicanos fossem titulares de ações nessas empresas. A investigação considerou o envolvimento de oficiais na exportação ilegal além dos termos da investigação. A EIA tinha demonstrado que existiam conexões entre Jose Pacheco e a MOFID e entre o ex-Ministro da Agricultura Thomas Mandlate e a Senlian, não que estes tinham ‘ações’ nas companhias.⁴⁵

Outros membros influentes da elite política também foram acusados de estarem envolvidos com o setor madeireiro. Um artigo de junho de 2013 do Africa Confidential relata que a madeireira chinesa Casa Bonita “possui conexões com o ex-chefe das Forças Armadas, General Lagos Lidimo e com outro poderoso General – o ex-chefe da Defesa em Zambézia, Bonifácio Gruveta”.⁴⁶

O acesso à informação é extremamente limitado em Moçambique. Apesar de um projeto de lei sobre a liberdade de informação ter sido submetido ao Parlamento para debate e aprovação em 2005,⁴⁷ o seu progresso está desde então parado e parece ser refém dos desejos de pessoas com o direto interesse em perpetuar a não transparência.

ISOLAMENTO CRESCENTE

O contínuo e crescente contrabando de toras e madeira serrada para a China, combinado com o consumo doméstico geram taxas de ilegalidade tão altas no setor florestal de Moçambique que praticamente toda a madeira exportada deveria ser considerada ilegal. Isto está isolando Moçambique cada vez mais dos investimentos tão necessários na indústria, na capacidade de governança e na conservação.

Tal realidade está enfraquecendo diretamente os esforços do governo para



Um Moçambicano caminhando sozinho numa das províncias mais arborizadas do país - Cabo Delgado.



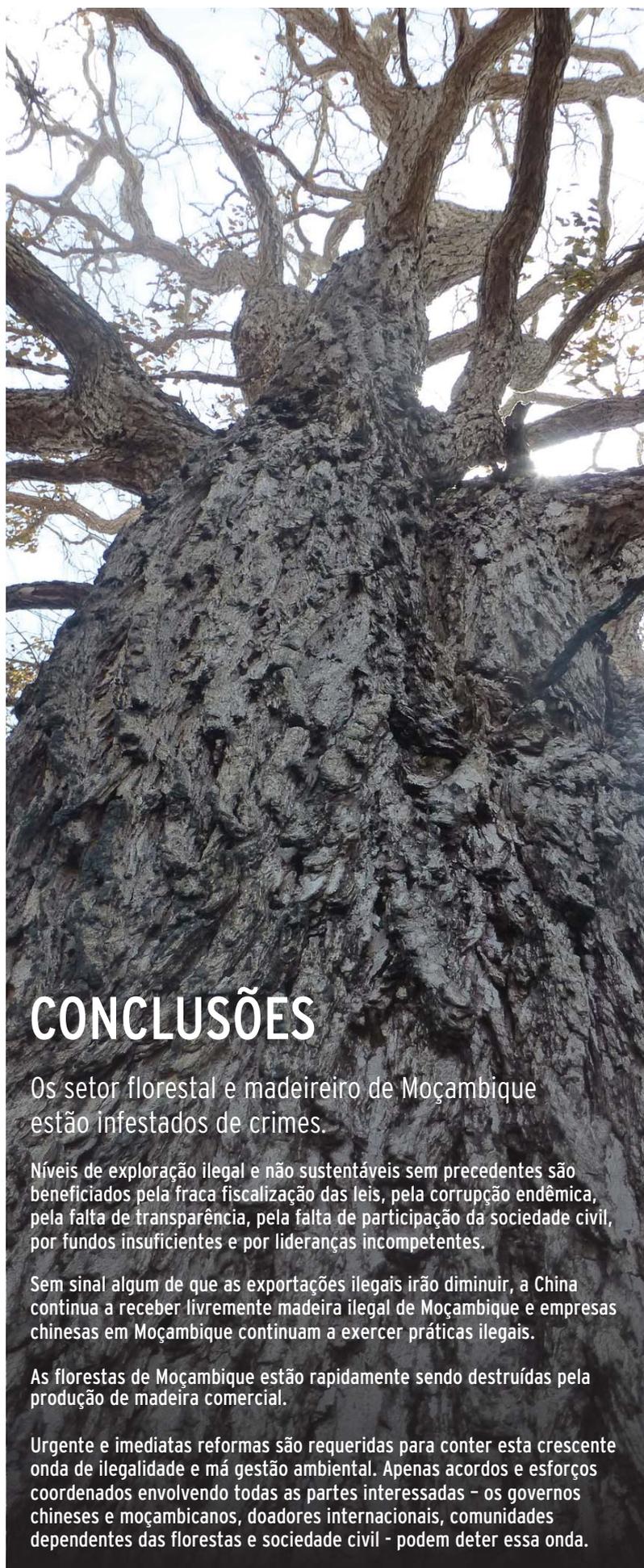
umentar a exportação de produtos de madeira com valor agregado, ao desencorajar empresas responsáveis que trabalham com outros mercados de alto valor de investir nas florestas e nos setores madeiros do país.

Por exemplo, a federação de comércio madeiro espanhol (AEIM) aconselhou os seus membros a evitar madeira de Moçambique pelo risco de ela constituir uma violação legal da nova Regulamentação de Comércio de Madeira da União Europeia (EUTR sigla em inglês).⁴⁸

Pesquisa da EIA mostra que durante a entrada em vigor da lei da EUTR em março de 2013 e maio de 2014 a França, Alemanha, Itália, Suécia, Holanda, República Checa e Polónia importaram juntas um total de US\$10,292,224 de toras e madeira serrada do Moçambique. A França e a Alemanha importaram respectivamente 50% e 42% do total das importações da UE.⁴⁹ Considerando os 93% de madeira ilegal de 2013, pouca ou quase nenhuma desta madeira teria cumprido com os requisitos incorporados ao EUTR.

Enquanto isso, doadores internacionais decepcionados com a fraca resposta do governo moçambicano com relação aos níveis de corrupção e ilegalidade no setor florestal, estão reconsiderando a prestação de auxílio a governança florestal em Moçambique.⁵⁰

O altíssimo índice de extração ilegal e contrabando de madeira também coloca em dúvida a viabilidade de qualquer esforços iniciais da REDD+. Enquanto a aprovação do Banco Mundial para a Readiness Preparation Proposal do país em março de 2012 fornece a Moçambique o acesso a US\$ 3,8 milhões para estabelecer uma estratégia de REDD+ ,⁵¹ até que o crime e a corrupção generalizadas sejam eliminados, parece muito difícil ver como qualquer estratégia pode ser bem sucedida.



CONCLUSÕES

Os setor florestal e madeiro de Moçambique estão infestados de crimes.

Níveis de exploração ilegal e não sustentáveis sem precedentes são beneficiados pela fraca fiscalização das leis, pela corrupção endêmica, pela falta de transparência, pela falta de participação da sociedade civil, por fundos insuficientes e por lideranças incompetentes.

Sem sinal algum de que as exportações ilegais irão diminuir, a China continua a receber livremente madeira ilegal de Moçambique e empresas chinesas em Moçambique continuam a exercer práticas ilegais.

As florestas de Moçambique estão rapidamente sendo destruídas pela produção de madeira comercial.

Urgente e imediatas reformas são requeridas para conter esta crescente onda de ilegalidade e má gestão ambiental. Apenas acordos e esforços coordenados envolvendo todas as partes interessadas - os governos chineses e moçambicanos, doadores internacionais, comunidades dependentes das florestas e sociedade civil - podem deter essa onda.

RECOMENDAÇÕES

O Governo Moçambicano deveria:

- Instituir imediatamente uma moratória em todas as exportações de madeira até que um novo inventário florestal seja conduzido e o consumo doméstico seja realmente entendido e melhor regulado e alinhado com limites sustentáveis e legais
- Conduzir um novo inventário florestal e redefinir os volumes de cortes permitidos de acordo com ele.
- Melhorar significativamente o monitoramento, fiscalização e regulamentação do transporte de madeira em pontos estratégicos através de um esquema de incentivo financeiro para os fiscais florestais, e através de programas de monitoramento realizados por terceiros
- Instituir uma moratória na emissão de novas concessões e licenças simples
- Revogar todas as licenças que estão operando sem planos de manejo aprovados, e reduzir o volume da extração para aqueles que permanecerem;
- Fazer do crime florestal um ato criminoso e não apenas civil
- Instituir uma ampla e independente investigação da corrupção e conflitos de interesse no setor florestal
- Substituir a atual liderança do Ministério da Agricultura e da DNTF
- Assegurar que uma lei de liberdade de informação seja aprovada e instituída de forma que aumente, significativamente, a transparência no setor florestal
- Aumentar significativamente a participação da sociedade civil no setor de gestão florestal e de tomadas de decisão, incluindo o fornecimento de espaços e autoridade para que terceiros possam fiscalizar as práticas de gerenciamento florestal.

O Governo Chinês deveria:

- Proibir a importação de madeira ilegal na China, regulamentar e fiscalizar tal proibição
- Fazer cumprir o Guia chinês da Gestão e Utilização Sustentável de Florestas por Empresas Chinesas operando em outros países, tornar obrigatório e incorporar e impor sanções dissuasivas para quem o descumprir
- Punir companhias chinesas que comprarem madeira de companhias que exportam ilegalmente madeira moçambicana para a China.

Doadores Internacionais deveriam:

- Certificarem-se de que qualquer ajuda ao setor florestal dependerá de uma completa reestruturação da silvicultura em Moçambique
- Dirigirem todo o apoio dos próximos anos para um novo inventário florestal, e para melhorar a regulamentação e fiscalização das leis florestais.

Comissão Europeia e Autoridades Competentes da França, Alemanha, Itália e Polónia deveriam:

- Investigar se a importação de madeira de Moçambique desde março de 2013 cumpre com os requerimentos do EUTR
- Assegurar-se que qualquer futuro carregamento de Moçambique para a Europa cumpra com os requerimentos da EUTR, ou que sejam proibidos de entrar no mercado europeu
- Assegurar-se que qualquer nova negociação sobre um possível Acordo de Parceria Voluntária com Moçambique enfoque principalmente em alinhar a silvicultura a limites sustentáveis, levando em consideração o consumo doméstico.



ANEXO

DADOS CITADOS NESTE RELATÓRIO

(todos os volumes em m³, exceto quando indicado)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Consumo Real ⁵²	535,818	550,016	538,823	723,717	797,647	884,140	956,540
Extração de Madeira Registrada ⁵³	128,354	124,867	112,584	167,955	175,871	178,210	66,320
Extração de Madeira Licenciada ⁵⁴	197,133	166,781	162,954	244,156	270,825	321,370	212,711
Exportação de Madeira Licenciada ⁵⁵	86,912	103,087	114,178	199,418	211,995	260,385	280,796
Importação Chinesa Registrada ⁵⁶	219,701	205,070	162,068	326,196	375,207	468,504	516,296
Importação Global Registrada ⁵⁷	219,783	216,763	187,223	352,562	405,643	469,899	521,587
Importação Chinesa como % da Importação Global	99.96%	94.61%	86.56%	92.52%	92.50%	99.70%	98.99%
Consumo Domestico ⁵⁸	316,035	333,254	351,600	371,155	392,004	414,241	434,953
Baixo CAA ⁵⁹	515,000	515,000	515,000	515,000	515,000	515,000	515,000
Alto CAA ⁶⁰	640,000	640,000	640,000	640,000	640,000	640,000	640,000
Extração de Madeira Não Registrada (Illegal)	407,464	425,149	426,239	555,762	621,776	705,930	890,220



REFERENCIAS

1. Environmental Investigation Agency (EIA), First Class Connections, Log Smuggling, Illegal Logging, and Corruption in Mozambique, 01/2/2013, <http://eia-international.org/wp-content/uploads/EIA-First-Class-Connections.pdf>
2. Universidade de Eduardo Mondlane, Assessment Of Harvested Volume And Illegal Logging In Mozambican Natural Forest, 31/3/2014. <http://www.illegal-logging.info/content/assessment-harvested-volume-and-illegal-logging-mozambican-natural-forest>
3. Universidad de Eduardo Mondlane, Assessment Of Harvested Volume And Illegal Logging In Mozambican Natural Forest, 31/3/2014 (Actual registered harvest figures were taken from the Annual Reports of the Direcção Nacional de Terras e Florestas, Relatórios de Balanço Anual de Terras, Florestas e Fauna Bravia 2007 – 2013. Domestic consumption figures for 2013 were extrapolated from UEMs data by taking an average percentage growth rate of domestic consumption in each year over the 2007-2012 period, and assuming that average growth rate for 2013. The 2013 Global import data was extrapolated using the same method, which compared favourably with actual Chinese registered imports for 2013.
4. República de Mocambique, Ministerio da Agricultura, Balanço Anual do PES, 2013, p 31-32
5. Environmental Investigation Agency (EIA), First Class Connections, Log Smuggling, Illegal Logging, and Corruption in Mozambique, 01/2/2013, page 6 <http://eia-international.org/wp-content/uploads/EIA-First-Class-Connections.pdf>
6. Global Trade Atlas, 2013-2014
7. Clubofmozambique, Mozambique still has 29,000 square kilometres of virgin forest, 2013-07-30, http://www.clubofmozambique.com/solutions1/section_news.php?secao=business&id=29441&tipo=one
8. Comparison of statistics provided by the Universidade de Eduardo Mondlane's report on the rate of legal and illegal logging between 2007-2012 (with an additional wood balance estimate by EIA relating to total legal and illegal logging for 2013, by using the average growth rate of domestic consumption in UEMs report for each year between 2007-2012, and applying that to 2013) compared to the Annual Allowable Cut of the Forest Authority's Forest Inventory (Direcção Nacional de Terras e Florestas, Departamento de Inventário de Recursos Naturais, Inventário Florestal Nacional, 2007)
9. Universidade de Eduardo Mondlane, Assessment of Harvested Volume and Illegal Logging in Mozambican Natural Forest, 31/3/2014
10. Environmental Investigation Agency (EIA), First Class Connections, Log Smuggling, Illegal Logging, and Corruption in Mozambique, 01/2/2013, <http://eia-international.org/wp-content/uploads/EIA-First-Class-Connections.pdf>
11. Global Trade Atlas, (Chinese imports of Hongmu Logs are captured in HS Code 44039930. Pau Preto is the only species available in Mozambique included in the list of 33 species covered by HS Code 44039930).
12. The figures were reached by comparing 85% of the total actual consumption figures provided for in the UEM report between 2007-2012 (plus additional EIA estimates for 2013) to the Official Mozambican Forest Inventory's Annual Allowable Cut for the mentioned species (Direcção Nacional de Terras e Florestas, Departamento de Inventário de Recursos Naturais, Inventário Florestal Nacional, 2007)
13. 2007 Forest Inventory: Direcção Nacional de Terras e Florestas, Avaliação Integrada de Florestas em Moçambique, Inventário Florestal Nacional, Abril 2007. Minimum girth diameters are specified in the 2002 Forest Regulation, Decree 12: 2002, Annex 1.
14. Environmental Investigation Agency (EIA), First Class Connections, Log Smuggling, Illegal Logging, and Corruption in Mozambique, 01/2/2013, page 6 <http://eia-international.org/wp-content/uploads/EIA-First-Class-Connections.pdf>
15. Exploration tax for 2007 to 2012 was worked out using the tax amount mentioned in: Boletim da Republica de Mocambique 6 de Junho de 2002, 1 Serie – Numero 22, Decreto no 12/2002, Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia, while exploration tax for 2013 was worked out using the updated tax amount in Diploma Ministerial no 293/2012. (In the case of the exploration tax, we multiplied the relevant tax per cubic meter by the volume of illegally cut timber to work out the yearly rate, and converted it to USD using historical exchange rates from Meticals to USD found in Oanda.com)
16. The VAT timber export tax was worked out using the VAT tax rates in the Boletim da Republica, 1 Serie – Numero 32, Lei no 7/2010: Cria a Taxa de Sobrevvalorizacao da Madeira, abreviadamente designada TSM. This tax law requires timber exporters to pay 20 per cent on the f.o.b. price on log exports, and 15 per cent on sawn timber. For the VAT tax loss amount we multiplied the discrepancy between Mozambique's licensed exports of logs and sawn timber and Chinese imports of Mozambican logs and sawn timber by the average of officially collected prices that exporters are selling their sawn timber for (this being 460USD per cubic meters – taken from information provided by Sam Lawson, independent Forest Consultant), and then divided this figure by 15% for each relevant year.
17. Environmental Investigation Agency (EIA), First Class Connections, Log Smuggling, Illegal Logging, and Corruption in Mozambique, 01/2/2013, <http://eia-international.org/wp-content/uploads/EIA-First-Class-Connections.pdf>
18. Ministério Das Finanças, Orçamento Cidadão, 2014, (the Social Program budget for 2014 amounted to 2,671,000,000 Meticals, equivalent to USD 84,932,928 using <http://coimill.com> for exchange rates) http://www.dno.gov.mz/docs/OE2014/Orcamento_3edicao_Ultima_Versao_FINAL.pdf
19. United Nations Development Program, Human Development Report 2013, http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/14/hdr2013_en_complete.pdf
20. World Wildlife Fund, Chinese and Mozambique Governments Support Unique Training for Companies Operating Overseas, 31/5/2013, <http://www.panda.org/?uNewsID=208866>
21. World Wildlife Fund, Chinese and Mozambique Governments Support Unique Training for Companies Operating Overseas, 31/5/2013, <http://www.panda.org/?uNewsID=208866>
22. Mozambique, China takes first steps to curb illegal logging, Thomson Reuters Foundation, October 2013, <http://www.trust.org/item/20131014084115-pbgru/>
23. Ministry for Foreign Affairs for Finland, Finland demands explanations regarding timber smuggling from Mozambique to China, 2/15/2013, <http://formin.finland.fi/public/default.aspx?contentid=270185&contentlan=2&culture=en-US>
24. Mocambique para todos, PGR investiga Ministro da Agricultura por contrabando de madeira, 15/02/2013, http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2013/02/pgr-investiga-ministro-da-agricultura-por-contrabando-de-madeira.html



25. Clubofmozambique, Agricultures minister denies involvement in timber smuggling, 2013-04-22, http://www.clubofmozambique.com/solutions/section_news.php?secao=mozambique&id=28382&tipo=one
26. Sapo Noticias, ONGs exigem independência nas investigações ao contrabando de madeira moçambicana, 24/4/2013, <http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/16048587.html>
27. Liga dos Direitos Humanos, A Corrupção no Sistema de Justiça em Moçambique, <http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dh/cplp/mocambique.html>
28. World Wildlife Fund Mozambique, Empresas Chinesas que operam em Moçambique deverão cumprir com a legislação local para gestão sustentável de recursos florestais, 4/6/2013, <http://www.wwf.org.mz/?1240/empresas-chinesas-que-operam-em-Moambique-devero-cumprir-com-a-legislao-local-para-gesto-sustentavel-de-recursos-florestais>
29. World Wildlife Fund Mozambique, Empresas Chinesas que operam em Moçambique deverão cumprir com a legislação local para gestão sustentável de recursos florestais, 4/6/2013, <http://www.wwf.org.mz/?1240/empresas-chinesas-que-operam-em-Moambique-devero-cumprir-com-a-legislao-local-para-gesto-sustentavel-de-recursos-florestais>
30. State Forest Administration of the Peoples Republic of China, A Guide on Sustainable Overseas Forests Management and Utilization by Chinese Enterprises, 05/06/2010, <http://www.forestry.gov.cn/portal/main/s/224/content-401396.html>
31. Mocambique para todos, Apreendidos em Pemba contentores com madeira, 26/07/2013, http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2013/07/apreendidos-em-pemba-contentores-com-madeira.html
32. Moz Maniacos Noticias, Moçambique dispõe de 29 milhões de ha de floresta intacta, 23/7/2013, <http://www.noticias.mozmaniacos.com/2013/07/mocambique-dispoe-de-29-milhoes-de-ha-de-floresta-intacta.html#>
33. Mocambique para todos, Apreendidos em Pemba contentores com madeira, 26/07/2013, http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2013/07/apreendidos-em-pemba-contentores-com-madeira.html
34. Mocambique para todos, Madeiros contrariados com proteccionismo de alguns, 15/01/2011, http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/01/madeiros-contrariados-com-proteccionismo-de-alguns.html
35. Environmental Investigation Agency (EIA), First Class Connections, Log Smuggling, Illegal Logging, and Corruption in Mozambique, 01/2/2013, page 9 <http://eia-international.org/wp-content/uploads/EIA-First-Class-Connections.pdf>
36. Environmental Investigation Agency (EIA), First Class Connections, Log Smuggling, Illegal Logging, and Corruption in Mozambique, 01/2/2013, page 8 <http://eia-international.org/wp-content/uploads/EIA-First-Class-Connections.pdf>
37. Ministerio da Agricultura, Diploma Ministerial no 142/2007 de 14 de Novembro, Article 1, http://www.atneia.com/cgi-bin/pbox_wxis.exe?sisScript=atneia/pesquisaf.xis&formato=1&contador=10&expressao1=ID=17208/%28990%29&details=1&login=IESE&tipo=4
38. Environmental Investigation Agency (EIA), First Class Connections, Log Smuggling, Illegal Logging, and Corruption in Mozambique, 01/2/2013, page 9 <http://eia-international.org/wp-content/uploads/EIA-First-Class-Connections.pdf>
39. Mocambique para todos, Apreendidos em Pemba contentores com madeira, 26/07/2013, http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2013/07/apreendidos-em-pemba-contentores-com-madeira.html
40. Agencia de Informacao de Mocambique, Timber companies fined over illegal exports, January 9, 2009, <http://allafrica.com/stories/200901090867.html>
41. Mocambique para todos, Apreendidos em Pemba contentores com madeira, 26/07/2013, http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2013/07/apreendidos-em-pemba-contentores-com-madeira.html
42. Moçambique para todos, Florestas e fauna bravia: Exiguidade de recursos compromete fiscalização, 14/03/2013, http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2013/03/florestas-e-fauna-bravia-exiguidade-de-recursos-compromete-fiscaliza%C3%A7%C3%A3o.html
43. Direcção Nacional de Terras e Florestas, Avaliação do Desempenho das Concessões Florestais em Moçambique, May 2013, p 42
44. Direcção Nacional de Terras e Florestas, Avaliação do Desempenho das Concessões Florestais em Moçambique, May 2013, p 42
45. Mozambique: Anti-Corruption Office Confirms Illegal Timber Exports, 19 June 2014, All Africa, <http://allafrica.com/stories/201406191701.html>
46. Africa Confidential, Timber rackets, Gas booms, 7th June 2013, Vol 50 no 12
47. IBIS, Lei de Direito à Informação aguardada com expectativa, 1/4/2014 <http://ibismozambique.org/articulos/lei-de-direito-informacao-aguardada-com-expectativa/>
48. AEIM hebt Risikorating für drei afrikanische Staaten an, 02/07/2013, http://www.fordaq.com/fordaq/news/AEIM_EUTR_Holzhandelsverordnung_33305.html
49. UNCOMTRADE data from March 2013 to May 2014, <http://comtrade.un.org/>
50. Development Today, Finnish aid to Mozambique plagued by corruption, 08/5/2014, http://www.development-today.com/magazine/2013/dt_12/news/finnish_aid_to_mozambique_plagued_by_corruption
51. Forest Carbon Partnership Facility (FCPF), Readiness Preparation Proposal (RPP) for Country: Mozambique, March 2012, http://www.forestcarbonpartnership.org/sites/forestcarbonpartnership.org/files/Documents/PDF/Mar2012/Mozambique_RPP_March07_2012rev2-FINAL.pdf
52. Universidade de Eduardo Mondlane, Assessment of Harvested Volume and Illegal Logging in Mozambican Natural Forest, March 2014, with EIA extrapolation for 2013 based on average growth rates for previous years.
53. Direcção Nacional de Terras e Florestas, Relatórios de Balanço Anual de Terras, Florestas e Fauna Bravia 2007 - 2013
54. Ibid.
55. Direcção Nacional de Terras e Florestas, Relatórios de Balanço Anual de Terras, Florestas e Fauna Bravia 2007 - 2013
56. Global Trade Atlas, using a RWE conversion rate of 80% for 4407
57. Universidade de Eduardo Mondlane, Assessment Of Harvested Volume And Illegal Logging In Mozambican Natural Forest, March 2014, with EIA extrapolation for 2013 based on average growth rates for previous years. Ibid (UEM 2014)
58. 2007 Forest Inventory: Direcção Nacional de Terras e Florestas, Avaliação Integrada de Florestas em Moçambique, Inventário Florestal Nacional, Abril 2007. Minimum girth diameters are specified in the 2002 Forest Regulation, Decree 12: 2002, Annex 1.
60. Ibid.





ENVIRONMENTAL INVESTIGATION AGENCY (EIA)

62/63 Upper Street
London N1 0NY, UK
Tel: +44 (0) 20 7354 7960
Fax: +44 (0) 20 7354 7961
email: ukinfo@eia-international.org

www.eia-international.org

EIA - WASHINGTON, DC

PO Box 53343
Washington, DC 20009 USA
Tel: +1 202 483-6621
Fax: +1 202 986-8626
email: info@eia-global.org

www.eia-global.org

